

TRABALHO COLETIVO AUTOGESTIONÁRIO NA AMÉRICA LATINA: VIRTUDES, FRAGILIDADES E AMBIGUIDADES DAS LUTAS POR OUTROS MODOS DE REPRODUZIR A VIDA.

Edson Caetano¹

Flávia Almeida Pita²

Ibrahim Amhed León Tellez³

José Raimundo Oliveira Lima⁴

Raúl Gonzalez Meyer⁵

Economia social, alternativa, solidária, economia popular e solidária, trabalho associado: a multiplicidade de expressões indicia a difícil tarefa de compreender o lugar, os sentidos, o potencial e as armadilhas que tais arranjos produtivos assumiram nas últimas décadas, partindo da ideia central de trabalho coletivo, autogestionário e popular.

Por um lado, tais experiências têm sido apontadas como caminho para a construção e fortalecimento de relações econômicas e experiências de produção que contradizem a lógica hegemônica na modernidade capitalista. Têm como traços característicos centrais, não obstante sua heterogeneidade, a organização de coletivos de trabalhadores e trabalhadoras que pretendem atuar de forma autogestionária, fora da lógica da exploração do trabalho pela apropriação da mais-valia, assumindo como valores centrais a solidariedade (em oposição ao individualismo e competitividade das práticas hegemônicas) e a ressignificação do trabalho como potencializador de uma subjetividade emancipadora e comunitária e de um viver não estranhado, seja nas relações entre seres humanos, seja no seu metabolismo com os outros seres vivos e com o meio natural.

¹ Doutor em Educação pela Universidade de Campinas-UNICAMP. Professor do Curso de Pedagogia e da Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação.

² Doutora em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS. Pesquisadora e Extensionista da Incubadora de Economia Popular e Solidária da UEFS e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local Solidário (GEPOSDEL). Procuradora do Estado da Bahia.

³ Doutor em Ciências Econômicas. Professor de Licenciatura em Contabilidade e Finanças e BA em Economia pela Faculdade de Economia e Negócios da Universidade de Granma, Cuba. Diretor do Centro de Estudos de Gestão e Desenvolvimento Local da Universidade de Granma, Cuba.

⁴ Doutor em Educação pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Economista. Professor do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR), ambos da UEFS. Pesquisador e Extensionista da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local Solidário (GEPOSDEL).

⁵ Doutor em Ciências Sociais pela Universidad Católica de Louvain. Professor da graduação e pós-graduação da Universidad Academia de Humanismo Cristiano (UAHC), Santiago do Chile. Diretor do Instituto de Humanidades e do Núcleo de Investigación y Docencia en Ambiente y Sociedad Desarrollo (NIDAS) da Universidade Academia de Humanismo Cristiano. Coordenador do grupo de investigación en Economía Social y Solidaria.

De outra mão, no quadro de crise da sociedade do trabalho (ANTUNES, 2006), o discurso e as práticas da chamada *economia solidária* muitas vezes mostram-se como conseqüências e cúmplices dos arranjos do capital na busca de alternativas para a absorção de um volume cada vez maior de trabalhadores/as inadequados/as ou expelidos/as do modelo de proletariado estável, este próprio em galopante destruição. Confundindo-se com o discurso e com as políticas que levam os seus signos, identificam-se, por exemplo, elementos da “nova razão do mundo” neoliberal, marcadas pela generalização da ideia de concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação (DARDOT; LAVAL, 2016).

Ainda sob outro prisma, o tema se conecta às tentativas de compreensão do trabalho no “subdesenvolvimento” – e para nós aqui importa, em especial, o mundo do trabalho na América Latina. As experiências que se têm sob mira coincidem em grande parte com outro conjunto conceitual multidenominado: economia popular, invisível, subalterna, periférica, setor/mercado/trabalho informal, informalidade. Se agora o mundo “desenvolvido” hoje também lida com a “nova informalidade” (PÉREZ-SÁINZ, 1995), para nós, latino-americanos/as, ela pode ser vista tanto como uma marca multiseular do desigual processo de distribuição de riquezas e de trabalho em sociedades marcadas pela espoliação colonial, quanto também aponta para formas de resistência e para a sobrevivência de modos de sociabilidade e de reprodução da vida que não se renderam totalmente à lógica da mercadoria e do valor – servindo de exemplos eloquentes as vivências alternativas de reprodução da vida perpetuadas a partir de epistemologias e práticas dos povos originários latino-americanos e dos/as africanos/as escravizados.

Essa grande parcela do mundo do trabalho latino-americano convida a pensar uma realidade de regra descrita a partir da falta, da ausência, do *não* (*in-formal*), mas que, vista a contrapelo, revela um cenário complexo e de muitas cores – *abigarrado*, como queria o filósofo boliviano Zavaleta (2009). Um cenário de lutas pela reprodução da existência sob o signo de uma persistente colonialidade, que abarca um sistema-mundo a impor formas específicas de acesso aos recursos e meios de produzir, de divisão das funções nos processos de trabalho e de circulação e distribuição do que se produz. Mas que simultaneamente produz contradições (HARVEY, 2016) e fissuras (HOLLOWAY, 2013). É nas brechas dessa lógica, e a despeito dela, que se identificam outras “pragmáticas vitalistas” (GAGO, 2018), em processo, marcadas pela arriscada e delicada dialética da produção do *novo* sob o signo do capital. Como apreendê-las, em suas contradições e ambiguidades? Quanto representam de avanços nas lutas por outros modos de reproduzir a vida? Até que medida compactuam com as metamorfoses contínuas com que o capital responde e suplanta as crises produzidas por suas próprias contradições? Qual papel assumem o Estado, suas políticas, seu Direito, neste contexto? Como participam a pesquisa e a extensão universitária em tais processos de lutas – e aqui enfatizamos a peculiar experiência brasileira das incubadoras populares, cuja história já se avizinha de completar três décadas⁶?

O conjunto de textos que ora se apresentam, cujos autores e autoras aceitaram compartilhar conosco esse instigante desafio, reúnem reflexões que tangenciam esta parcela significativa do mundo do trabalho latino-americano, contribuindo para compreender suas experiências e – porque “não se estuda nada porque sim” (FALS BORDA, 2009, p. 279) – para engrossar as fileiras dos/as que buscam criar ou enlargar as fissuras dos muros a nos afastar do “mundo que existe como ainda-não” (HOLLOWAY, 2013).

⁶ Se estabelecemos como marco inicial a criação, em 1995, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no âmbito da Coppe-UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia).

A importância dessas reflexões parece amplificar-se diante da pandemia que hoje assola todo o planeta, escancarando a complexa teia de efeitos que o *sempre-mais-sempre-meu* capitalista vem produzindo, de forma cada vez mais aguda. O coronavírus Sars-CoV-2 não é o primeiro e, tudo indica, não deve ser o último anúncio de que o resto o planeja reagir à forma predatória de os seres humanos nele se fazerem presentes. A forma desigual que a pandemia afeta os/as subalternizados/as por este modo de produção é mais um fator a escancarar os profundos enlaces entre a crise sanitária e a lógica predominante de a vida humana se produzir e reproduzir no planeta.

Se o estandarte do “progresso” nos tem conduzido a tais impasses, as experiências dos/as que vêm confrontando-o, resistindo a ele a partir de outras lógicas vivenciais, pareceram-nos a forma certa de dar início a este Dossiê. No primeiro texto, *Bem viveres: possíveis significados, virtualidades e limites presentes na produção da existência dos povos e comunidades tradicionais e assentamentos*, Edson Caetano, Cristiano Apolucena Cabral e Flávia Lorena Brito tratam da produção do conhecimento sobre o *Bem Viver*, a partir do resultado das pesquisas empíricas desenvolvidas junto aos povos e comunidades tradicionais, no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE), da Universidade Federal do Mato Grosso.

William Kennedy do Amaral Souza e Lia Tiriba, por sua vez, em *Culturas do trabalho, educação e produção da existência: entre quilombolas, castanheiros e seringueiros*, preocupados/as em especial com os pontos de interseção entre trabalho-educação, economia e cultura, igualmente colhem, nos peculiares modos de conviver e trabalhar de Comunidades Quilombolas do Vale do Guaporé, no Estado de Rondônia, pistas de outras epistemologias e práticas, ancoradas na lógica da reprodução ampliada *da vida*, e não do capital.

Por outro lado, se a distância geográfica do asfalto e da fábrica contribui para que o ritmo do “tempo do relógio” (THOMPSON, 1998) do capital perca forças no trabalho de hegemonização, os/as pesquisadores/as do Grupo de Pesquisa em Empresas Recuperadas por Trabalhadores/as (GPERT), em um rico panorama das experiências brasileiras de recuperação de empresas por seus/uas trabalhadores/as em autogestão (em diálogo com as latino-americanas), nos fazem refletir sobre outras formas de luta do trabalho coletivo autogestionário. Em *Recuperação de empresas em autogestão no Brasil atual: resistências das classes trabalhadoras e populares em tempos de crise pandêmica?*, Vanessa Moreira Sígolo, Fernanda Santos Araújo, Flavio Chedid Henriques, Vicente Nepomuceno e Tarcila Mantovan Atolini apresentam mapeamento realizado já no contexto da pandemia da Covid 19, acerca das empresas recuperadas por trabalhadores/as no Brasil, sistematizando perdas e ganhos e abrindo novas e importantes perguntas a desafiar o presente, e o futuro.

Em *O direito importa”?: o marco legal da economia solidária no Brasil*, Flávia Almeida Pita, pesquisadora da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana, traz à reflexão, a partir dos dilemas da construção de um marco legal para a chamada Economia Solidária no Brasil, as lutas por outras relações sociais de produção, no desafio de acontecerem em enfrentamento do modo hegemônico de produzir e trabalhar no capitalismo e, por consequência, pelas contraditórias e ambíguas disputas pelos espaços de poder do Estado e do seu Direito. Tendo como fio condutor as discussões em torno do Projeto de Lei Federal n. 6.606/2019 (antigo PL n. 4.685/2012, também conhecido como “Projeto de Lei da Economia Solidária” no Brasil) e, em específico, o tema da formalização dos “empreendimentos econômico solidários”, põe-se em questão a disjuntiva “reforma *ou* revolução”, para pensar o Direito como ambíguo lugar de dominação, mas também de brechas, cujos limites se borram no processo histórico das lutas populares.

Lais Silveira Fraga, Larissa Medeiros de Andrade, Bárbara Cunha de Melo, Amanda Oliveira da Silva e Samara Messias Santos, por sua vez, em *Economia Solidária e interseccionalidade: desafios da autogestão na atuação da ITCP/UNICAMP*, somam aos desafios das experiências autogestionárias populares a suplantação das opressões de gênero e raça. Aproximando-se da realidade vivenciada por grupos participantes de processos de incubação desenvolvidos pela ITCP/Unicamp a partir da categoria creshawiana da interseccionalidade, as autoras desvelam o quanto é imprescindível ter-se em conta, nas reflexões sobre a economia solidária, os entrecruzamentos e sobreposições entre as diferentes e estruturantes formas de opressão e desigualdades: raça, gênero, classe, localização geográfica.

Sueli Maria Cabral e Marília Veríssimo Veronese, com *Representações sobre o trabalho entre catadores de material reciclável cooperativados*, enriquecem o Dossiê com uma abordagem peculiar para um pedaço do mundo do trabalho muito presente nas discussões e experiências da economia solidária no Brasil: aquele protagonizado pelos/as catadores/as de material reciclável. Analisando as representações sociais sobre o trabalho construídas por grupos de catadores cooperativados, as pesquisadoras desvelam a necessidade de um olhar complexificador de um contexto de grande precarização, que muito bem simboliza a sociedade individualista e consumista que o produz, mas que ao mesmo tempo permite identificar as potencialidades do campo do trabalho associado popular, mobilizador de processos subjetivos que envolvem reconhecimento, solidariedade, esperança.

Os dois últimos trabalhos do Dossiê trazem à luz, finalmente, o papel desempenhado pela extensão universitária, convidando a pensar o lugar que podem ocupar as instituições de ensino superior na produção de conhecimento implicada com práticas, problemas, vivências, dilemas das classes populares – de regra tão distantes dos escopos do saber científico.

Em *Gestão social e a extensão universitária na promoção do trabalho coletivo autogestionário: espaço solidário Ecolanches*, Heverton Felinto Pedrosa de Mélo, Juliana Moraes da Silva Souza e Marucelle de Alcântara Bonifácio refletem a partir da experiência que a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba (INCUBES-UFPR) compartilha com mulheres da Comunidade de São Rafael, em João Pessoa, em projeto que acompanha as trabalhadoras em um espaço de alimentação do campus universitário e, para além dele, no contexto da pandemia, em iniciativa que visa a segurança alimentar de sua comunidade. Por sua vez, Lucivania da Silva Moura, Erivaldo Santiago de Jesus, Sara de Souza Silva e José Raimundo Oliveira Lima, da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS-UEFS), no artigo *Processo educativo de trabalho: protagonismo do trabalhador e solidariedade sobre a crise pandêmica*, compartilham experiência desenvolvida com agricultores/as familiares participantes do projeto de extensão Feira de Saberes e Sabores, viabilizando trabalho e renda a despeito das medidas de afastamento social da pandemia. Ambas as experiências nos fazem pensar nos desafios de um projeto revolucionário que olha para a construção de um outro futuro mas, simultaneamente, tem que compreender o que há de transformador na contínua luta pela sobrevivência que a classe trabalhadora enfrenta no presente, em que se reeditam, todos os dias, as profundas divisões (de raça, gênero, classe, espaço geográfico) herdadas de um passado de desigualdade no acesso a bens, conhecimento, direitos, reconhecimento.

O rico panorama que nos proporcionam os textos deste Dossiê nos mostra a importância de pensar um quadro de referência teórico e político que, no lugar de antepor projetos estáticos de contestação, seja capaz de capturar e considerar a multiplicidade e as texturas de nosso tempo e lugar históricos e não se contente com respostas peremptórias e abstratas, que ignoram o

ponto de vista da classe que vive do trabalho e a forma como suas batalhas diárias são travadas. Parece necessário – sob pena de um pessimismo paralisante – levar-se em conta, *a sério*, que a realidade econômica circundante é fruto de um processo histórico produzido pelos seres humanos e, por isso, contingente, sempre passível de suplantação. Diante dele, vibra a pergunta que nos propõe a filósofa mexicana Raquel Gutiérrez:

Que ocorre, entretanto, se rechaçarmos a disjunção entre reforma e revolução por impossível e contraposta às lutas por emancipação, já que não se podem transformar as relações sociais de cima para baixo, nem paulatina, nem abruptamente? Que ocorre se, ao mesmo tempo, nos propomos de maneira sistemática as questões da dissolução e perturbação das relações de poder do capital e do estado que estão aí, exigindo respostas a uma política desde a autonomia?⁷ (2017, p. 64, tradução nossa).

A busca por tais respostas nunca pareceu tão urgente.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FALS BORDA, Orlando. **Uma sociología sentipensante para América Latina**. Colombia: Clacso, 2009. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/coedicion/fborda/>. Acesso em: 27 ago. 2015.
- GAGO, Verónica. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Elefante, 2018.
- GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. **Horizontes comunitario-populares**: producción de lo común más allá de las políticas estado-céntricas. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.
- HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HOLLOWAY, John. **Fissurar o Capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.
- PÉREZ-SÁINZ, J. P. Globalización y neoinformalidad en América Latina. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 135, p. 36-41, jan./fev. 1995.
- THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.
- ZAVALETA, René. **La autodeterminación de las masas**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Clacso, 2009.

⁷ “¿Qué ocurre, sin embargo, si rechazamos la disyunción entre reforma y revolución por imposible y contrapuesta a las luchas por la emancipación, en tanto no se pueden transformar las relaciones sociales desde arriba hacia abajo, ni paulatina ni abruptamente? ¿Qué ocurre si, al mismo tiempo, nos planteamos de manera sistemática las cuestiones de la disolución y trastocamiento de las relaciones de poder del capital y del estado que están ahí, exigiendo respuestas a una política desde la autonomía?”